

O helicóptero da FAB sobrevoa a mata a baixa altitude. No meio da floresta, escondido pela copa das árvores de mais de 30 metros de altura, um trator carrega uma tora de madeira por uma estreita estrada de terra clandestina aberta na mata. No helicóptero, fiscais do Ibama observam a movimentação dos madeireiros e registram o local exato da exploração clandestina por meio de um GPS, um aparelho portátil que é ligado a uma rede de satélites e serve para registrar as coordenadas geográficas. Uma verificação no mapa confirma que a madeira está sendo retirada ilegalmente de uma área indígena no sudoeste do Pará próximo à Serra do Cachimbo – a reserva dos panaras, antes conhecidos por krenhankarores. Alertados pelo barulho do helicóptero, os madeireiros fogem pela floresta e tentam esconder, entre as árvores, os caminhões e os tratores. Mas dezenas de troncos empilhados na estrada ou em pequenas clareiras na mata os denunciam. O helicóptero faz novo rasante e os fiscais encontram mais árvores derrubadas, todas de mogno, a mais valiosa madeira de floresta tropical existente no mundo e que teve o seu corte restringido no Brasil há dois anos. Este ano, por exemplo, o Ibama permitiu a derrubada de menos da metade das árvores de mogno que eram cortadas até 1994.

O voo sobre a floresta amazônica é mais um capítulo da guerra na selva que o Ibama trava na Amazônia desde o dia 22 de maio, quando foi iniciada a maior

**DENÚNCIA**

# A GUERRA DO MOGNO

**Ibama faz operação gigante contra desmatamento na Amazônia, mas esbarra na resistência dos próprios índios**

**EDUARDO HOLLANDA E ANDRÉ DUSEK (FOTOS), DA SERRA DO CACHIMBO (PA)**



operação de repressão ao desmatamento já realizada no País. Batizada com o nome de um gavião típico da Amazônia, a Macauã II envolve 302 fiscais, 41 picapes Toyota, quatro barcos, um hidroavião, além de helicópteros da FAB e aviões da Polícia Federal. Nos nove Estados que formam

a Amazônia Legal, os fiscais do Ibama, recrutados em Estados tão diferentes como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Piauí e Paraíba, estão entrando na mata para fiscalizar a extração de madeira. A partir de agosto, a blitz vai ser direcionada também para as serrarias da região. A atuação dos fiscais tenta colocar um pouco de ordem em um velho problema que está destruindo um patrimônio nacional e macula a imagem do País no Exterior. O desmatamento desordenado já degradou 20% da área da floresta amazônica. Um dos motores dessa destruição, juntamente com a derrubada das matas para formação de pastos, é um co-



**Helicópteros e agentes do Ibama procuram pelos contrabandistas**

mércio que, além de predatório, é ilegal. Estima-se que 80% da madeira beneficiada nas serrarias da Amazônia foi cortada de modo irregular. Essa madeira proporciona hoje o grosso do faturamento do setor madeireiro no País, que movimentou no ano passado R\$ 8 bilhões, sendo que R\$ 3,4 bilhões foram obtidos com a exportação.

Além das dimensões inéditas, a Macaã II tem outros trunfos para alcançar seus objetivos. É a primeira operação desse gênero que está sendo feita na vigência da nova Lei Ambiental, sancionada em fevereiro. Sob o guarda-chuva da lei, o Ibama pode exercer pressão no bolso dos madeireiros. Tudo porque, além da madeira, os fiscais do governo agora estão aptos também a apreender todos os equipamentos encontrados em áreas de exploração irregular. Como um caminhão pesado ou um trator custam, em média, R\$ 100 mil, os prejuízos podem ser muito maiores do que os possíveis lucros. "Queremos mostrar aos infratores que o custo da irregularidade será maior do que os gastos para operar de maneira legal, com projetos de desenvolvimento sustentável e sem devastação", afirma o

## O CAMINHO DO DESMATAMENTO

Em vários municípios, a ação de contrabandistas vem acabando com florestas de madeira nobre



**Índio pintado para a guerra: tribo se levanta em defesa das madeireiras**



ISTO É  
22/7/98 46-48  
AMARO 306



**Fiscais do Ibama apreendem madeiras nobres durante a operação Macauã II**

ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Com os novos instrumentos legais e o aparato mobilizado na operação, o Ibama, proporcionalmente, já bateu todos os recordes de apreensão nos nove anos de história de órgão. Em 17 dias, foram apreendidos, além de caminhões, tratores, pás mecânicas e 73 motosserras sem licença, toras de madeira num volume equivalente a 2.250 árvores cortadas – a produção anual de uma madeireira de grande porte. O Ibama descobriu ainda mais de sete mil hectares desmatados sem autorização e 1,4 mil hectares de queimadas irregulares.

Para chegar a esses números, as dificuldades enfrentadas pelos fiscais são muitas. A realidade mostra que, além dos madeireiros interessados no lucro fácil, as próprias comunidades indígenas, que deveriam ajudar na preservação ambiental, acabam cooptadas e acobertam a exploração ilegal. Na região da Serra do Cachimbo, onde ficam as reservas indígenas dos panaras e dos mekragnotires, a operação iniciada com o voo do helicóptero da FAB terminou frustrada na hora em que as equipes de fiscais iriam entrar na mata com cinco picapes Toyota para fazer a apreensão da madeira e dos equipamentos. Os índios, que recebem dos madeireiros R\$ 40 por tora de mogno, pintaram-se para a guerra e impediram a passagem dos carros. O diretor de fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo,

tentou argumentar que os madeireiros estavam ludibriando os índios ao pagar um preço irrisório pelo mogno – uma tora tem em média três metros cúbicos de madeira e vale R\$ 4,5 mil para exportação. Mas não conseguiu convencer os dois caciques que comandavam os guerreiros. A solução do Ibama foi estabelecer postos de vigilância nas saídas das duas reservas, impedindo que o mogno fosse retirado. “Seria um golpe mortal na madeireira que atua nas terras dos índios”, lamentou Rodolfo Lobo.

Nem sempre, porém, a exploração ilegal de madeira em áreas sob supervisão da Funai é feita com a conivência dos índios. Em Comodoro, no oeste de Mato Grosso, quase fronteira com a Bolívia, uma equipe de fiscais do Rio do Grande do Sul flagrou madeireiros na reserva dos alantesus, sem que os índios soubessem de sua presença nas florestas. Na área,



**Krause (sentado) e Martins, do Ibama: fotos de satélite**

foram apreendidos mogno, peroba, cerejeira e um trator carregador de toras. Uma blitz na serraria do madeireiro Valter Siconetto encontrou ainda 54 toras de mogno escondidas embaixo da serragem. No município de Aripuanã (MT), várias serrarias desertas foram encontradas em fazendas próximas a áreas de mata virgem. Tudo foi abandonado às pressas, com a simples notícia da chegada da fiscalização. Os madeireiros fogem porque as serrarias não tem nem Plano de Manejo Florestal nem alvará de funcionamento. Além disso, para processar madeira é preciso ter a Declaração de Venda de Produtos Florestais (DVPF), que registra quem vendeu a madeira, de onde tirou e qual a forma de extração, e a Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF). A prática mais comum das serrarias é usar os dois documentos para tentar “esquentar” a madeira retirada de locais onde não há autorização para corte, como as reservas indígenas.

**M** mesmo batendo recordes de apreensão, operações gigantescas como a Macauã II apenas arranham uma solução para o problema do desmatamento sem controle da Amazônia. “Essa é uma fase policial, cuja meta é conduzir a exploração madeireira no Brasil para a legalidade”, afirma o presidente do Ibama, Eduardo Martins. “Para termos uma redução significativa da exploração clandestina, é necessário também estabelecer uma agenda positiva, com ações que incentivem o manejo florestal sustentado”, completa Martins. Nessa área, o grande projeto do atual governo é a criação de 50 milhões de hectares de florestas nacionais, onde a extração de madeira obedeceria a regras rígidas, evitando o corte indiscriminado de árvores. Com as reservas florestais e o reforço da fiscalização, principalmente depois da entrada em operação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a meta do Ibama é chegar, em dez anos, a um índice de desmatamento ilegal zero. É uma situação ideal, que o País ainda está muito longe de alcançar. O último relatório sobre o ritmo de desmatamento da Amazônia, divulgado no começo deste ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), revelou que só em 1995 e 1996 uma área do tamanho da Suíça foi devastada pela ação dos machados e das motosserras. ■